



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura do Decreto de Titulação de Terras Quilombolas**

Brasília - DF, 27 de setembro de 2006

Primeiro, quero cumprimentar os meus companheiros de governo e os companheiros que representam as entidades que lutam para que consigamos fazer justiça e os reparos necessários aos afrodescendentes brasileiros.

Quero dizer para vocês que eu não tinha interesse de falar, porque o nosso ministro interino do MDA e a Matilde já tinham falado o que era necessário falar.

Quando nós decidimos, logo no início do governo, criar a Secretaria, muita gente logo se arvora no direito de dizer que nós estávamos criando mais Ministérios e que, portanto, seria uma coisa descabida para o Brasil, possivelmente porque as pessoas que dizem isso não têm o convívio com as organizações da sociedade civil brasileira e não sabem o quão são simbólicas determinadas coisas que nós fazemos para atender uma demanda reprimida, décadas e décadas, para muitas organizações da sociedade brasileira.

E depois de quatro anos de mandato, não ainda quatro anos, 45 meses, o que a gente percebe é que se a Seppir tivesse sido criada há 40 anos, a gente já teria resolvido parte dos problemas que ainda estamos correndo atrás para encontrar uma solução. Primeiro, fazer todas as mudanças que precisam ser feitas para que a Secretaria do Patrimônio da União tenha facilidade de realizar as concessões da terra, porque embora ela tenha o direito de fazer, a burocracia é de tal magnitude, os degraus que nós temos que percorrer para conseguir atingir o momento de dizer: “bom, está feita a concessão”, é de tamanha magnitude que às vezes entra governo, sai governo e não conseguem fazer uma única área, porque envolve desde cartório aos outros entes federativos, e há processos e uma série de coisas, que não é uma tarefa fácil.



Parece simples quando está no papel, mas é uma tarefa muito difícil quando a gente começa a executar.

Vocês sabem que há diferenças entre a gente reconhecer indícios de uma terra de quilombo e fazer todos os estudos para que a gente possa provar e, depois, conquistar aquela terra, leva-se muito e muito tempo, ou seja, se vocês não fossem heróis, vocês desistiriam no primeiro entrave, no primeiro cartório com que vocês se deparassem. E por conta da existência da Secretaria, e por conta de uma definição de políticas com prioridades, para tentarmos encontrar as soluções que nós queremos encontrar, é que a gente percebe que começa a dar saltos mais rápidos.

Nós mandamos para o Congresso Nacional uma medida provisória que tenta regulamentar, definir novos marcos de concessão de todos os títulos que o governo federal puder dispor, porque não tem sentido propriedades que, muitas vezes, estão na mão do governo federal, no centro de uma capital ou no interior do País, quando a gente pode fazer as concessões para que delas a sociedade faça o melhor uso que lhe convenha. Isto, eu penso, vai andar muito mais rápido daqui para frente.

E essa área, aqui, esse quilombo de Caçandoca, pensei que era em Ivaporanduva. Porque Ivaporanduva, a Matilde está me devendo uma ponte, uma ponte que não é nova, uma ponte de quando o Mário Covas ainda era vivo. Eu levei o projeto para o governador, então Mário Covas, porque quando eu fui lá, vi as crianças atravessando de canoa para irem para escola. Falei para a Matilde: você tem que fazer uma ponte lá. Ela me disse que a ponte começa este ano. Eu pensei que ia terminar, mas vai começar ainda este ano. É uma simples ponte para atender uma comunidade, vocês vejam como demora. Demora, as coisas vão longe. Mas este quilombo de Caçandoca tem uma coisa importante. Primeiro porque é num lugar muito privilegiado de São Paulo, na praia de Ubatuba, onde só pessoas como o Chico Menezes poderiam freqüentar de quando em quando. Eu sei, aqui deve ter muita gente



bronqueada com o Incra, deve ter muita gente bronqueada com o MDA, deve ter muita gente bronqueada com a Seppir, porque, para algumas pessoas, parece absurdo que o governo resolva, num centro turístico importante, reconhecer que 53 famílias de afrodescendentes, tenham direito àquela terra, quando os especuladores estão como “moscas em pão de padaria”, em “bolo de padaria”, tentando ficar ricos às custas de uma área que tem uns donos originais, que são as pessoas que moraram ali a vida inteira e, portanto, é delas.

Da mesma forma que um fazendeiro tem amor à sua terra e por ela briga a vida inteira para que outros não a ocupem, é mais do que justo assinar um decreto, reconhecendo que aquele lugar bonito, em que muitos donos de hotéis queriam construir grandes hotéis para ganhar muito dinheiro, e que tem muitas praias – pode-se construir em outras praias – que aquela terra fosse dada às 53 famílias para fazerem daquela terra o que elas bem entenderem, para sustentar suas famílias e viver em paz para o resto da vida. É isso que nós fizemos aqui, é isso que nós vamos continuar fazendo no Brasil, mesmo sabendo que nem todos compreenderão, que nem todos gostarão, mas justiça a gente vai fazer, custe o que custar, para fazer o reconhecimento daqueles que foram, durante séculos, vítimas de atrocidades no mundo e no nosso País.

Quando eu tomei a decisão de visitar, nos primeiros 36 meses de governo, 17 países africanos, eu tinha consciência de que a dívida, se fôssemos quantificá-la monetariamente, seria impagável, mas eu tinha consciência de que determinadas coisas a gente não paga com dinheiro, a gente paga com reconhecimento, a gente paga com gestos, a gente paga com solidariedade, a gente paga com companheirismo, a gente paga, eu diria, muitas vezes com sentimentos. Eu fui para a África para dizer o seguinte: não tem nenhum cabimento, um Brasil, um País do tamanho, da importância do Brasil, construído quase todo defronte ao continente africano, biologicamente, já foi grudado ao continente africano, fechar os olhos toda vez que olha além



do Oceano Atlântico, porque prefere enxergar apenas os países ricos, se nós temos condições de contribuir também para que os países africanos tenham um mínimo de possibilidade de desenvolvimento, e não ficar apenas tentando utilizar a pobreza daqueles países para que possa ter ganhos comerciais. Não é assim que se faz política, não é assim que nós deveríamos passar por nossa vida tão curta pelo Planeta. A gente deveria ser um pouco mais útil e, aqui no Brasil, nós estamos tentando fazer, com todas as dificuldades.

A questão das cotas, vocês perceberam que não é um debate fácil, parece fácil quando a gente está entre meia dúzia que concorda, mas daqui a pouco a gente descobre que tem outra meia dúzia que não concorda, e o debate se torna um debate preconceituoso, um debate eminentemente elitista, porque a verdade, nua e crua, é que ensino superior no Brasil não foi feito nem para pobre nem para negro, foi feito para gente pertencente a uma parcela da elite brasileira. Pois bem, as cotas geraram todo um conflito, mas onde elas foram implantadas o resultado tem sido extraordinário. Significa que valeu a pena enfrentar o debate. Se o Congresso vai fazer do jeito que é melhor, eu não sei, porque o Congresso é uma instituição de representação da sociedade, tem o seu jeito de funcionar, mas também depende da capacidade de pressão que a gente possa fazer.

A segunda coisa que eu acho importante, é a questão do ProUni. O ProUni, na verdade, foi um jeito brasileiro que a gente encontrou para atender os afrodescendentes sem precisar fazer a discussão das cotas, porque a gente tinha as vagas. E hoje é com muita alegria que a gente percebe que 40% dos estudantes que entram no ProUni são afrodescendentes, sem nenhuma briga. Ainda ontem à noite eu recebi uma homenagem, em Belo Horizonte, de uma menina, digo menina porque tinha cara de nova, mas era uma mulher separada do marido, com três filhos. E ela foi me entregar uma placa, ela e mais três pessoas, agradecendo porque se não fosse o ProUni, jamais elas teriam condições de entrar numa universidade. E eu ouvi uma frase dela que achei



extremamente importante: “o nosso problema, Presidente, não é o que muitos falam, que nós da escola pública, não temos condições de competir. Na escola privada a gente tem condições de competir e passar no vestibular, o que nós não temos é outra coisa, Presidente. Nós não temos é condições de pagar, por isso é que essa bolsa é importante para nós.”

E o que eu acho fantástico é que a gente está percebendo no Brasil inteiro. Ainda esta semana, em Porto Alegre, um aluno, também afrodescendente, bonito, lá no meio do povo, de terno e gravata. Eu o mandei chamar para o palanque para lhe dar um abraço e ele me dizia que entrou na Universidade dos Pampas. Ele estava lá, eu estava fazendo um ato público e ele lá, isso há dois anos, gritando com um papelzinho: “eu quero uma bolsa, eu quero uma bolsa.” Eu estava perto do Reitor e falei: arruma uma bolsa para o rapaz aí. Bom, o dado concreto é que o menino começou a estudar, já está no 2º ano de Direito, então ele ganhou um terno dos amigos, uma gravata e um computador. Estava feliz da vida. Eu falei: um dia, quem sabe, eu o contrato como meu advogado.

E assim a gente vai vendo pelo Brasil inteiro que as coisas vão caminhando. Cinquenta e três famílias parece pouco, 210 hectares parece pouco. Mas vamos ser francos, se há 50 anos as pessoas estivessem fazendo o que vocês estão fazendo agora, nós já teríamos percorrido pelo menos metade da Muralha da China no que diz respeito à conquista da cidadania neste País. É difícil, não é fácil, muitas vezes a gente tem a impressão de que os adversários das causas nobres são maiores do que os defensores. Muitas vezes nem são maiores em quantidade, mas são maiores em espaço para falar contra os que são favoráveis. E ainda assim a gente precisa ficar cada vez mais animado, ou seja, para cada coisa que aparece contrária ao que a gente quer fazer, a gente tem que dar um passo adiante, porque foi assim que a humanidade conquistou a democracia, é assim que a humanidade vai conquistar os espaços para que todo mundo possa viver de forma justa e em



harmonia.

Por isso MDA, por isso Matilde, por isso companheiros e companheiras de entidades que lutaram tanto para que a gente chegasse a este momento, quero dizer para vocês: valeu a pena. Para nós, são só 210 hectares de terra para 53 famílias. Para o movimento, são milhões e milhões de pessoas envolvidas. E para aqueles que estão lá, não são apenas 200 hectares de terra, é a conquista de uma luta de quase 300 anos da qual, finalmente, saíram vitoriosos.

Muito obrigado e parabéns a todos vocês.